

JTR
A
P
P
P

ATA Nº 3

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu-se o júri designado pelo Presidente do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), pelo seu Despacho nº 06/2016, de 28 de janeiro, para apreciação das provas com vista à atribuição do título de especialista na área de Arquitetura e Urbanismo, requeridas pelo candidato Pedro Sérgio Rosas Bingre do Amaral, no âmbito do acordo de associação estabelecido entre os Institutos Politécnicos de Tomar, Castelo Branco e Leiria, nos termos do Decreto Lei nº 206/2009 de 31 de Agosto e do Regulamento de atribuição do título de especialista do IPT e constituído pelo Doutor João Manuel Mourão Patrício, Director da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, que preside, no uso de competência delegada através do Despacho nº 7558/2015, publicado no DR., II série, nº 131, de 08 de julho e pelos vogais Doutores Ana Teresa Vaz Ferreira Ramos, Luisa Maria da Silva Gonçalves e Rita Ribeiro de Carvalho Ferreira Anastácio, dos Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Leiria e Tomar, respectivamente e pelos Engenheiros Olga Maria Fernandes Prada e João Freitas Fernandes, especialistas de reconhecido mérito na área das provas.

A reunião teve como ponto único a realização das provas públicas constituídas pela apreciação e discussão do curriculum profissional do candidato e pela apresentação, apreciação crítica e discussão de um trabalho de natureza profissional no âmbito da área em que são prestadas as provas, nos termos do disposto no art.º 5º alíneas a) e b) do Decreto-lei nº 206/2009 de 31 de agosto.

O Presidente começou por apresentar todos os membros do júri, agradecer a sua presença, bem como às instituições que representam. Informou o candidato sobre a tramitação da prova, desejando que tudo corra bem e convidou-o a iniciar a prova.

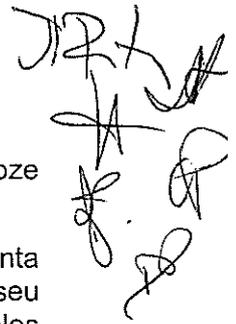
Foram abordados pelo candidato todas as vertentes mencionadas no seu curriculum vitae, designadamente o percurso profissional e académico na área das provas.

Terminada a exposição, o Presidente deu a palavra ao primeiro arguente, Doutora Rita Ribeiro de Carvalho Ferreira Anastácio, que cumprimentou o candidato e os membros do júri, tecendo de seguida algumas considerações sobre o curriculum do candidato, tendo-lhe colocado várias questões às quais este foi dando resposta.

Seguidamente o Presidente deu a palavra ao segundo arguente, Eng^a Olga Maria Fernandes Prada que teceu algumas considerações sobre o curriculum do candidato, tendo-lhe colocado algumas questões às quais este respondeu.

Posteriormente o Presidente do júri convidou os restantes membros a interpelarem o candidato sobre questões que pretendessem ver respondidas por este, a que os mesmos acederam. Seguiu-se um período em que foram feitas várias considerações e referências ao curriculum profissional do candidato, bem como formuladas questões, às quais o candidato respondeu.

Os elementos do júri declararam-se satisfeitos com as respostas dadas pelo candidato.



Não havendo mais questões a colocar, a sessão pública foi suspensa pelas doze horas e trinta minutos.

Os trabalhos foram retomados, para a segunda prova, pelas catorze horas e trinta minutos. O Presidente do júri convidou o candidato a iniciar a apresentação do seu trabalho de natureza profissional, intitulado "Análise das Relações da Política de Solos com o Sistema Económico – Estudo de enquadramento para a preparação da Nova Lei do Solo".

Terminada a exposição, o Presidente deu a palavra ao arguente Doutora Ana Teresa Vaz Ferreira Ramos, que procedeu à análise crítica do trabalho apresentado pelo candidato e inquiriu-o, quer sobre questões formais de elaboração do documento, quer sobre as atividades desenvolvidas, as quais tiveram resposta imediata por parte do candidato.

Seguidamente o Presidente convidou os restantes membros do Júri presentes a interpelarem o candidato sobre questões que pretendessem ver respondidas por este, a que os mesmos acederam, seguindo-se um período em que foram feitas várias considerações e referências ao trabalho de natureza profissional do candidato, bem como formuladas questões, às quais o candidato respondeu.

Os elementos do júri declararam-se satisfeitos com as respostas dadas pelo candidato.

No final das intervenções, não havendo mais nenhuma questão a ser colocada ao candidato, o presidente deu por concluídas as provas.

Interrompeu-se a sessão pública pelas dezasseis horas e trinta minutos.

De seguida, o júri reuniu-se em sessão privada, a fim de se pronunciar sobre o mérito do candidato demonstrado nas provas, tendo deliberado por unanimidade dos presentes, aprová-lo com base nos seguintes fundamentos:

- Clareza e domínio nas respostas dadas pelo candidato às questões colocadas pelo júri;
- Experiência em contexto de trabalho como uma mais valia para o ensino e formação;
- Capacidade de auto avaliação crítica,

Face à deliberação tomada e não obstante o júri entender que a exposição do trabalho poderia ter sido substancialmente melhor estruturada e apresentada, o júri considerou que o candidato reúne as condições necessárias à posse do Título de Especialista na área de Arquitetura e Urbanismo.

Pelas dezassete horas, em sessão pública, foi dado conhecimento ao candidato e ao público presente, da decisão do júri.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os membros do júri.

Tomar, 21 de junho de 2016

O Presidente do júri

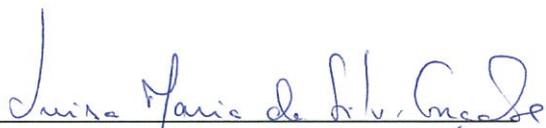


Doutor João Manuel Mourão Patrício

Os vogais,



Doutora Ana Teresa Vaz Ferreira Ramos



Doutora Luisa Maria da Silva Gonçalves



Doutora Rita Ribeiro de Carvalho Ferreira Anastácio



Engenheira Olga Maria Fernandes Prada



Engenheiro João Freitas Fernandes